

## **Pronunciamento de Elza Berquó na solenidade de posse da presidência da Comissão Nacional de População e Desenvolvimento**

Palácio do Planalto, 29 de novembro de 1995

Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso,

Ilustres Ministros, Secretários de Governo e demais autoridades presentes,

Meus amigos,

A criação por V. Excia., em ato de 28 de agosto do presente ano, da Comissão Nacional de População e Desenvolvimento vem dar prosseguimento, em nível nacional, às recomendações aprovadas pela Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, realizada no Cairo em setembro de 1994.

Escudado em uma visão abrangente e multissetorial da questão populacional, o Programa de Ação Mundial, ao articular de forma indissociável população e desenvolvimento, reafirmou a aplicação dos direitos humanos universais a todos os aspectos dos programas populacionais. E, como diz o documento oficial da Conferência, as ações dele derivadas e a serem tomadas pelos governos deverão ser vistas como parte de uma nova parceria global entre povos e países.

Importante ressaltar que, desde a I Conferência Mundial de População, realizada em Roma, em 1954, sob os auspícios das Nações Unidas, a preocupação com o binômio população e desenvolvimento esteve presente. Embora convocada com caráter eminentemente

científico, reunindo os mais renomados estudiosos de população da época, um acalorado debate foi então travado sobre o papel da população no desenvolvimento. Capitalismo ocidental de um lado e as economias planejadas e centralizadas de outro, tendo o Terceiro Mundo como observador atento, confrontavam posições quanto à eventual barreira ao desenvolvimento provocada pelo crescimento populacional.

Este debate prosseguiria nas conferências seguintes: a de Belgrado de 1965, a de Bucareste de 1974 e a do México dez anos mais tarde, em que os países ou blocos de países iam trocando ou alterando posições, com matizes mais fortes ou mais fracas, na tricotomia controlista/natalista/população concebida como elemento neutro para o desenvolvimento.

A presença do Terceiro Mundo se afirma, a partir de Bucareste, na defesa de uma posição anticontrolista, em reação a visões impostas pelos governos dos países mais ricos.

Nesta seqüência de encontros e desencontros internacionais, a Conferência do Cairo se configura como um marco extremamente importante porque registra a confluência de um conjunto de acontecimentos e transformações por que foram passando governos e sociedades nos últimos dez anos.

Os países mais ricos da Europa Ocidental, confrontados com a implosão populacional rondando seu futuro próximo, se apresentaram no Cairo como Comunidade Européia. Recém-saídos da Guerra Fria, os países das economias em transição desempenharam um papel mais de observador. Os tigres da Ásia lá estavam, por sua vez, para documentar que suas riquezas não foram capazes ainda de promover os direitos humanos

fundamentais de suas populações, principalmente os das mulheres. Finalmente, América Latina e Caribe, iniciando ou consolidando a última fase da transição demográfica, documentaram, ao vivo, que a redução do crescimento populacional não significou necessariamente aceleração do desenvolvimento, conforme teses defendidas anteriormente.

Alicerçadas em lutas pelos seus direitos de cidadania, consubstanciadas na seqüência de Conferências das Nações Unidas sobre a Mulher, as mulheres de todo o mundo, através das redes de lideranças, colocaram o Cairo na agenda de prioridades. São elas que reorientam o eixo da questão populacional ao colocarem a regulação da fecundidade no plano dos direitos individuais. A partir daí o planejamento familiar perde *status* como mecanismo visando ao controle populacional, surgindo no documento do Cairo a consagração dos direitos reprodutivos.

Se beneficia ainda a Conferência de 1994 dos resultados da Rio-92 e Viena-93. Direitos humanos, desenvolvimento sustentável, solidariedade entre as gerações e superação das desigualdades de classe, raça e gênero foram impressos no papiro dos novos tempos fundados no Cairo.

No Plano de Metas, nenhuma se referiu ao crescimento populacional. Fixaram-se prazos, entre outros, para que a educação primária seja universal; para que a mortalidade de crianças menores de cinco anos de idade se distancie dos níveis inaceitáveis; para que a expectativa de vida alcance valores mais elevados e para que serviços seguros e de boa qualidade de saúde reprodutiva sejam universais.

O Plano de Ação Mundial abriga também, com grande sensibilidade, a questão das migrações internacionais forçadas, dos migrantes clandestinos e dos refugiados, em face das dificuldades econômicas, políticas e culturais que levam contingentes crescentes de pessoas

a deixarem para trás suas famílias e países de origem.

Com competência, firmeza e serenidade, a voz brasileira, sempre em conformidade com os preceitos constitucionais, se juntou, no Cairo, àqueles que moldaram o perfil de um mundo com mais humanidade.

Com este espírito, Sr. Presidente, aceitamos o honroso convite para conduzir os trabalhos da Comissão que ora se instala e cujo objetivo é contribuir para a formulação de políticas e implementação de ações integradas relativas a população e desenvolvimento (indissociáveis), bem como monitorar, avaliar e revisar a execução dessas políticas e ações.

Não discorrerei aqui sobre a situação demográfica brasileira, tendo em vista a grande familiaridade de V. Excia. com a questão. Saliarei apenas tratar-se de um momento favorável, dada a estrutura etária conformada pelo declínio rápido e sistemático da fecundidade, sem que tenha havido tempo ainda para que a população já fosse envelhecida. Este metabolismo demográfico leva a uma razão de dependência declinante até os 20 anos do próximo século, quando, então, esta passará a crescer pelo efeito do peso relativo da população idosa.

Por outro lado, se entre 1940 e 1980 o país se caracterizou pela urbanização e pela fase de concentração da população nas grandes cidades, a década de 80 marcou um período de desconcentração e desmetropolização.

Mesmo favorável, este cenário traz sérios desafios a enfrentar, entre os quais:

- os nascimentos diminuem, o que suscita empenho com a universalização da educação primária de boa qualidade;
- as mulheres engravidam menos mas os direitos reprodutivos ainda não são experimentados independentemente de classe social e raça;

- o crescimento populacional já foi há muito desacelerado, mas a entrada crescente da mulher no mercado de trabalho, por opção ou por necessidade, coloca a urgência da criação de novos empregos;
- ainda que minoritário, o crescimento da população idosa requer adequação do aparato médico-hospitalar e recursos da seguridade social;
- as grandes metrópoles, ao deixarem de ser pólos de atração, buscam adaptar-se a novas vocações; evitar que os mesmos problemas por elas enfrentados se reproduzam nos novos pólos emergentes é tarefa urgente.

A lista de desafios é muito longa e familiar a V. Excia., seus ilustres ministros e auxiliares.

O papel da Comissão representará mais um esforço no sentido de colaborar com V. Excia. no enfrentamento destes desafios.

Abrigada no Ministério do Planejamento e Orçamento, cuja acolhida agradecemos, a Comissão contará com o apoio técnico do IPEA e do IBGE.

Além dos ministérios e secretarias de governo que a compõem, acredito ser extremamente oportuna e necessária a

sua interação com o Conselho da Comunidade Solidária, o Conselho Nacional de Defesa dos Direitos da Mulher, o Conselho Nacional de Saúde, o Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais do Itamaraty e o Grupo de Trabalho Intermistrial, recém-criado por V. Excia. com a finalidade de desenvolver políticas para a valorização da população negra.

Diálogos serão também estabelecidos em nível internacional, entre outros, com a União Internacional para o Estudo Científico de População, com o Fundo das Nações Unidas para a População e com Conselhos Nacionais de População e afins de outros países.

Senhor Presidente, os renomados especialistas da sociedade civil indicados por V. Excia. são uma garantia da abrangência e do elevado padrão com que serão tratadas as tarefas que a Comissão enfrentará a partir deste momento.

Neste ato, Senhor Presidente, preciso confessar com emoção e responsabilidade ser um grande privilégio poder participar deste processo democrático de profundas e difíceis transformações a que V. Excia. se propôs com coragem.

Sob a liderança de V. Excia., haremos de atingir nossos objetivos.

Obrigada pela confiança.

**artigos**

A Conferência do Cairo sobre População e Desenvolvimento  
e o paradigma de Huntington  
**J. A. Lindgren Alves**

Ensaio sobre as migrações internacionais no desenvolvimento do capitalismo  
**Fausto Brito**

Questões teóricas acerca dos processos de concentração e desconcentração da  
população no espaço  
**Ralfo Matos**

Migração intrametropolitana: movimentos dos pobres?  
**José Marcos Pinto da Cunha**

Dinâmica demográfica por nível de renda  
**Ana Amélia Camarano e Kalzô Beltrão**

Geração de um modelo de tábuas de vida representativo da mortalidade do  
Estado de São Paulo  
**Neir Antunes Paes**

A Demografia Histórica no Brasil: contribuições à historiografia  
**José Flávio Motta**

Parentesco e família entre os escravos no século XIX: um estudo de caso  
**Manolo García Florentino e José Roberto Góes**

Um ensaio sobre o tema da fecundidade diferencial:  
famílias estáveis e famílias (i)migrantes  
**Alain Bideau e Sergio Odilon Nadalin**

**notas de pesquisas**

Gestão e análise da população: por uma história demográfica dos contatos  
culturais em Curitiba; 1866-1939  
**Sergio Odilon Nadalin**

Reconstrução de famílias no microcomputador: o SYGAP  
**Marco Aurélio Monteiro Pereira**

**resenha**

O desafio do desenvolvimento humano  
**Roberto Luiz do Carmo e Daniel Joseph Hogan**

**ponto de vista**

Pronunciamento de Elza Berquó na solenidade de posse da presidência da  
Comissão Nacional de População e Desenvolvimento